

PROJECTAR A EUROPA NA FAMÍLIA

Maria Emília Bigotte de Almeida
Confederação Nacional das Associações de Pais

Falar sobre o futuro da Europa é falar da Europa dos Cidadãos, da Europa do Conhecimento, da Investigação e Desenvolvimento, da Europa da Inclusão Social. Constata-se, no entanto, que a análise da forma como os cidadãos europeus avaliam o funcionamento da democracia na UE reforça a ideia da existência de um sentimento de “défice democrático europeu” generalizado, referindo os estudos que, entre os desinteressados, estão sobretudo representados grupos sócio-demográficos que nos habituámos a ver com maior déficit de informação. São eles as mulheres, os mais idosos, os menos escolarizados e os que auferem rendimentos mais reduzidos. A persistência destas variáveis sócio-demográficas permite-nos concluir, através de estudos já realizados, que quanto mais o cidadão se sente satisfeito com a UE mais tende a informar-se sobre as suas políticas e instituições¹. Este alheamento, que não é exclusivo do povo português, será com certeza um obstáculo para a concretização de uma Europa que possa ser menos dos políticos, e mais dos cidadãos, e deverá justificar uma intervenção estratégica específica por parte da UE. Admitir que a cidadania deve ser encarada como uma cidadania europeia, terá de ser uma atitude assumida com o envolvimento de todos. A educação (escola e família) pode e deve corresponder a esse desafio.

O Conselho Europeu de Lisboa (2000) reconheceu, pela primeira vez, o papel desempenhado pelos sistemas de educação e formação na estratégia económica e social, colocando como objectivo central fazer da Europa o “*espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social*”. Salientou ainda que tais alterações requereriam um “*programa estimulante para [...]modernizar os sistemas de protecção social e de ensino*” pelo que solicitou aos estados-membros, ao Conselho e à Comissão, o empenho para a tomada de medidas necessárias, nas áreas da sua competência. Para o efeito, definiram-se, entre outras, as seguintes metas: reduzir o abandono no prosseguimento de estudos secundários; tornar as escolas e os centros de formação em centros locais de aprendizagem polivalentes, através da criação de parcerias com instituições de interesses afins; definir a nível

¹ Eurobarómetro 62-A *opinião pública na união Europeia*

Europeu um conjunto de competências básicas e assegurar que estejam efectivamente ao alcance de todos, nomeadamente das pessoas com necessidades educativas especiais.²

No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos para adaptar os sistemas de educação e formação à sociedade e à economia do conhecimento, as reformas empreendidas poderão não corresponder ao exigido, colocando a UE em risco de não atingir os objectivos a que se propôs.

Em Fevereiro de 2006, o Conselho aprovou o relatório intercalar “*Modernizar a educação e a formação: um contributo essencial para a prosperidade e a coesão social na Europa*”, relatório esse que apresentou os progressos realizados e propôs novas medidas a tomar. Considerando o investimento na educação e na formação prioritário, coloca na agenda nacional de cada Estado Membro a discussão da necessidade de implementar programas específicos de reforma no quadro da estratégia de Lisboa, que contribuam para a realização pessoal e para a participação activa e que melhorem a empregabilidade das pessoas nas sociedades e economias baseadas no conhecimento.³

Torna-se assim imperioso para Portugal reflectir os pontos críticos do seu sistema educativo, tendo em atenção as linhas orientadoras do modelo europeu de desenvolvimento e os compromissos assumidos pelo Estado Português no âmbito da estratégia Europeia para a Educação e Formação, e avançar com medidas concretas e exequíveis, centradas em áreas que são determinantes para a qualificação dos nossos recursos humanos, na perspectiva de que serão eles os protagonistas da mudança e da inovação. A crescente mobilidade ao nível da UE torna essencial centrar o sistema de ensino e formação profissional numa lógica de actuação dirigida pela procura, onde o mercado e as necessidades dos utilizadores determinam quais os saberes e os conteúdos a definir, facultando a todos os cidadãos a aquisição de competências chave necessárias à sociedade de conhecimento.

Neste modelo de convergência europeia presidem princípios de justiça social, equidade e coesão social, de melhoria da escola pública e de promoção da aprendizagem ao longo da vida em todos os grupos sociais, no qual a intervenção educativa e formativa é perspectivada de forma integrada e territorializada, para que seja pertinente face à realidade local e para que o desenvolvimento educativo faça parte integrante do desenvolvimento global das pessoas, das comunidades e das regiões. Nesta perspectiva,

² Comissão das Comunidades Europeias-“Educação & Formação para 2010”-Nov 2003

³ Conselho da União Europeia-2710ª sessão-Educação, Juventude e Cultura-Fev 2006

a formação pode e deve ser partilhada por professores, gestores da autarquia, pais, e outros parceiros da comunidade, centrada nos contextos concretos de intervenção e dirigida à resolução de problemas locais. Assiste-se, assim, à emergência de novas formas de participação social e à procura de processos inovadores de cooperação. Cabe aos municípios a concretização dos princípios subjacentes a estes modelos de participação activa através da promoção e implementação de projectos de desenvolvimento educativo em defesa de uma visão integrada dos problemas de educação e da formação, como representante privilegiado dos cidadãos e das organizações locais.⁴ Conceitos como Conselho Municipal de Educação, Conselho Local de Acção Social, entre outros, ganham, cada vez mais, sentido numa estratégia de valorização da proactividade dos municípios que vai ao encontro da carta Europeia da Autonomia Local. Ao Fundo Social Europeu caberá também olhar de uma forma diferente esta temática, dinamizando e disponibilizando recursos e programas de apoio financeiro que permitam o desenvolvimento de dinâmicas que se enquadrem, prioritariamente, nos objectivos estratégicos europeus no domínio da educação e formação.

Ao longo dos últimos anos, as Associações de Pais têm sido, cada vez mais, chamadas a desempenhar um papel de intervenção social directa nas comunidades educativas: desde a sua participação em estruturas municipais, passando pelos órgãos de gestão das escolas como legais representantes das famílias, até à prestação de serviços sociais onde a resposta da escola é deficiente ou mesmo inexistente. Dos pais, espera-se não só que participem no percurso educativo dos seus filhos, mas que sintam como um dever intervir na política educativa da escola e da comunidade. Consequentemente, torna-se absolutamente necessário reconhecer, dignificar e valorizar, politicamente e socialmente, o papel das organizações do movimento associativo de pais e de encarregados de educação como agentes activos na gestão escolar e pedagógica.

Adicionalmente, a investigação internacional e nacional tem mostrado que o envolvimento parental é considerado como factor positivo no sucesso escolar e na integração dos alunos. As mudanças ocorridas a nível familiar, tais como a diminuição das redes de parentesco e de solidariedades informais, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e correspondente maior indisponibilidade para

⁴ ESTUDOS HORIZONTE 2013 “Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013”

prestação de apoio aos filhos, os ritmos intensos de trabalho e os horários irregulares de muitos grupos profissionais desencadearam, entretanto, novas necessidades sociais. Numa forma geral, a estabilidade das famílias diminui drasticamente nos Estados aderentes e a inclusão/exclusão social associa-se crescentemente às condições de emprego e de rendimento. Assim, à semelhança do que se passa com outros países da união Europeia, é urgente conceber e implantar estratégias que permitam conciliar família, trabalho e formação, promovendo a igualdade entre géneros e melhorando a qualidade de vida, nomeadamente através da aplicação de novas formas de estruturação e funcionamento de empresas/instituições, permitindo maior flexibilidade do horário de trabalho, melhor aproveitamento do tempo disponível e consequentemente maior disponibilidade para a família e para a formação. Confirmar a família como pólo nuclear da sociedade, alavanca propulsora da afirmação de valores e da construção de uma identidade deverá ser o âmbito da discussão que se pretende fazer na mudança das políticas conducentes à coesão social e consciência estruturada.

Embora o projecto europeu não tenha a adesão esperada é necessário continuar a consolidar a dimensão europeia na educação e formação. É importante que o Conselho Europeu, mais do que confirmar o papel central das políticas emanadas da estratégia de Lisboa, apele à indispensável aceleração das reformas nacionais e a uma cooperação reforçada, para que se consigam progressos fundamentais nos próximos anos.